



Gênero, educação e religião num Estado positivista

Gender, education and religion at a former Positivist State

Telia Negrão *

Aparecida Luz Fernandes**

Resumo: Na história do Rio Grande do Sul há um período marcado pelas concepções positivistas do pensador francês Augusto Comte, cuja aplicação refletiu não só os aspectos ideológicos e morais, mas também aspectos religiosos dessa doutrina. A experiência ditou uma posição e lugares pré-definidos às mulheres, revelando, de um lado, o caráter histórico das construções sociais de gênero e, de outro, contradições explicitadas pelas práticas das próprias mulheres.

Palavras-chave: Gênero. Positivismo. Estado. Religião.

Abstract: In the Rio Grande do Sul history there is a period marked by the Positivist conceptions of the French philosopher Augusto Comte, whose application reflected not only the ideological and moral aspects, but also religious aspects of this doctrine. The experience has dictated a pre-defined position and places for women, revealing, on one hand, the historical character of social constructions of gender and, on the other, contradictions explained by women's own practices.

Keywords: Gender. Positivism. State. Religion.

Que prazeres podem exceder aos da dedicação?

(Clotilde de Vaux, Cartas Positivistas)

Introdução

No período que compreendeu de 1882, quando estudantes de direito fundam o Partido Republicano Rio-Grandense (PPR), até 1928, final do governo de Borges de Medeiros, o Rio Grande do Sul viveu um período singular na história brasileira. Adeptos à doutrina positivista de Augusto Comte, a começar pelo seu maior entusiasta Júlio de Castilhos, esses à época considerados críticos do liberalismo, propõem um “governo de sábios” para estabelecer a ordem como princípio e o progresso como finalidade.

* Mestre em Ciência Política (UFRGS), jornalista (UFPR), especialista em Gestão Pública Participativa (UERGS). Contato: teliabr@gmail.com

** Neuropsicóloga (USP). Psicóloga (UFRGS). Especialista em Gestão Pública Participativa (UERGS) e Psicologia Institucional (UFRGS). Contato: afernandes@cpovo.ne

De viés autoritário, autoproclamado republicano e integrante de uma das vertentes em que os positivistas se dividiram no Brasil,¹ o modelo de Estado proposto mesclou aqueles que eram os fundamentos da doutrina inaugurada pelo pensador francês, inclusive quanto à religiosidade, com a tendência a um modelo desenvolvimentista a ser alavancado pelo Estado.

Essas características, aparentemente contraditórias, acabaram por constituir, segundo Alfredo Bosi, e parafraseando Comte, “uma espécie de nação-estado corporativa na qual os líderes da indústria assumiriam funções políticas de relevo”;² um modelo do Estado-Providência, composto de “um vasto aparelho público que ao mesmo tempo estimula a produção e corrige as desigualdades do mercado”.³

Neste modelo de estado, as mulheres teriam um papel definido segundo os moldes positivistas, de resguardar a moral que o mundo público teria retirado dos homens, daí sua função como educadoras e mães. Todavia, como doutrina de caráter autoritário e visão restrita quanto ao exercício da cidadania igualitária, o Estado Positivista do RS também trouxe a contradição entre o desejo e a possibilidade real de manter integralmente a função atribuída às mulheres de principais reprodutoras da cultura que posteriormente seria tipificada academicamente como uma espécie de “maternalismo”.⁴ Entre as principais razões desse relativo fracasso está a capacidade das próprias mulheres de converterem a proposta educacional voltada à submissão num inesperado processo de empoderamento, obtido justamente pelo acesso à escola pública ofertada pelos governos positivistas, aliado às mudanças na conjuntura mundial. O cenário mundial do início do século passado, tanto econômico quanto político, e a ascensão dos movimentos sociais em direção a direitos civis, políticos e sociais propiciam a abertura do mundo do trabalho e da vida social e política para as mulheres, ainda que de forma desigual quanto ao pertencimento racial e socioeconômico. As mulheres negras e pobres não tiveram a mesma ascensão graças à cultura do privilégio deixada pelo sistema de exploração escravocrata, o que evidencia a interseção de gênero, classe e raça como um componente a ser considerado na abordagem da cidadania das mulheres brasileiras.⁵

¹ Segundo Carvalho, essas correntes são religiosa, política e político-jurídica. Mas há outros autores e autoras que agregam o positivismo ilustrado. Cf.: CARVALHO, José Murilo de. O positivismo brasileiro e a importação de ideias. In: GRAEBI, Cleusa Maria; LEAL, Elisabete (org.). *Revisitando o positivismo*. Porto Alegre: La Salle, 1998.

² BOSI, Alfredo. A arqueologia do estado-providência: sobre um enxerto de ideias de longa duração. *Dialética da colonização*. Cia das Letras, 1999, p. 273.

³ BOSI, 1999, p. 273.

⁴ Esta concepção foi sistematizada por Lucy Irigaray a partir de Georg Simmel (1858-1918), segundo o qual a mulher disporia de uma natureza específica, uma essência feminina. Daí por que essa corrente de pensamento ser denominada de essencialista. Cf.: YANNOULAS, Silvia Cristina. Iguais mas não idênticos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 2, n. 3, 1994.

⁵ CRENSHAW, Kimberle. *Documento para o encontro para especialistas em aspectos de discriminação racial e gênero*. Universidade da Califórnia, Estados Unidos, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 21 set 2018.

Assim, quando se fala da ruptura da invisibilidade imposta pela divisão das esferas pública e privada, processo que colocou as mulheres do Rio Grande do Sul no curso da história nas primeiras décadas do século XX, é necessário calibrar o olhar, sem abrir mão de refletir sobre as diferentes formas como se procede e as maneiras de explicá-la.

Ingressando no tema, percebe-se que se trata de uma questão de gênero, relacional e que produz historicamente danos a todas as mulheres. Não se conhece nenhuma sociedade complexa, até hoje, em que outro modelo, que não o patriarcal, tenha prevalecido por muito tempo. Como diz Alicia Puleo,⁶ parafraseando Kate Millet, “a universalidade e a longevidade são as maiores armas do patriarcado”. O enfoque marxista, tendo como base a obra *Sobre a origem da família, da propriedade e do Estado* (Engels, 1820-1895), situa na descoberta da participação masculina no evento reprodutivo o momento da ruptura com o mito do sagrado feminino, construído a partir da crença de que a vida se originava do corpo das mulheres. Dessa extrusão teria surgido a instituição do casamento monogâmico, assentada no desejo de preservação da propriedade e da linhagem por meio do controle sobre os corpos femininos.

Não tão distante do tempo de Engels, Carole Pateman⁷ identifica outro marco, desta vez histórico, o contrato social moderno de Hobbes, Locke e Rousseau, que teria agregado à revelia das mulheres o direito de acesso dos homens ao seu corpo, numa lógica de propriedade – um contrato sexual patriarcal. Segundo essa autora, nenhuma das críticas aos modelos sociais, senão a teoria feminista, foi capaz de compreender em profundidade o caráter da divisão sexual e de gênero ocorrida ao longo dos séculos em que cabe às mulheres o espaço secundário da vida privada (mesmo que trabalhem fora), associado à natureza, e aos homens, o mundo público da política, das armas e do dinheiro.

Nessa linha de pensamento, o que se cunhou como Estado Positivista do Rio Grande do Sul foi uma tentativa de elaborar um pacto de “iluminados” sem a consulta às mulheres, das quais se esperava o cumprimento de uma missão ao mesmo tempo política, moral, religiosa e educadora, como veremos. Esta divisão da vida social, expressa em forma de lugares, papéis e estereótipos, vem merecendo muitas análises à luz da ciência política e da história, propiciando novos campos de conhecimento.

No início se chamaram história das mulheres, ou estudos de mulheres, as investigações de autoras europeias como Michelle Perrot⁸ e norte-americanas como Joan Scott, numa tentativa de reescrever a trajetória da humanidade por meio do resgate de fatos e da visibilidade feminina

⁶ PULEO, Alicia. Patriarcado. In: AMORÓS, Celia. (org). *Diez palabras clave sobre mujer. Patriarcado*. Espanha: Verbo Divino, 1995, p. 26.

⁷ PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

⁸ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

ao longo dos séculos, rebatizado como estudos de gênero quando Scott (1989),⁹ a partir de inúmeros estudos anteriores e contemporâneos aos seus, questiona seus próprios achados. Após elaborar e difundir a teoria segundo a qual o conceito de gênero é um conhecimento histórico específico da diferença sexual que permite elaborar uma ferramenta para analisar a sociedade,¹⁰ admite que, mais importante do que conhecer as origens e as raízes, devemos nos preocupar com os processos desencadeados pelas construções de gênero e enfrentá-los concretamente.

Assim, de uma perspectiva não estática, outras leituras no campo da teoria feminista ajudam a refletir sobre as ideias e a ação política das mulheres, e como processam as oportunidades que fazem a história avançar. Parte-se de reconhecer uma prática, uma ética e a percepção das mulheres como sujeitos históricos principais das mudanças de sua própria condição social. O feminismo, como ação contemporânea, está a indicar que as mulheres estão chamando para si a tarefa de transformar o mundo transformando-se a si mesmas, tarefa que este breve estudo pretende propiciar ao lançar luz sobre um período histórico do Rio Grande do Sul.

Este artigo, inicialmente fruto de um exercício reflexivo acadêmico,¹¹ faz uma breve revisão sobre o positivismo e sua experiência no Rio Grande do Sul, tendo como finalidade identificar os aspectos de gênero que marcaram o período e localizar a trajetória das mulheres neste contexto histórico-político. Busca inspiração na afirmação de Elisabete Leal segundo a qual “casamento, família, educação e trabalho são temas pertinentes para análise da construção do discurso comtiano e a idealização dos papéis sociais femininos”.¹² Expõe, numa escrita exploratória e questionadora, elementos para refletir se o positivismo, como uma concepção, influenciou as políticas que direta ou indiretamente atingiram as mulheres do Rio Grande do Sul no período em que predominou na estrutura político-institucional. E como, sendo alvo das políticas, elas as transformaram em força para seu fortalecimento e insubmissão.

Comte e o positivismo

As ideias inspiradoras do período que é conhecido como República Positivista do Rio Grande do Sul foram desenvolvidas pelo utopista francês Augusto Comte (1798-1857). Ele acreditava num tipo de sociedade em que líderes da indústria assumiriam funções políticas de relevo com base no cientificismo e tecnicismo. Para tanto, deveria ser instaurado um regime para garantir uma economia totalmente planejada, onde a lei estaria a serviço dos objetivos do progresso e do desenvolvimento, com um estado promotor do desenvolvimento. Como na sua

⁹ SCOTT, Joan. *Gênero e história*. Ciudad de Mexico: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

¹⁰ SCOTT, 2008, p. 48-76.

¹¹ Elaborado como um quesito do Curso de Especialização em Gestão Pública Participativa da UERGS, 2004.

¹² LEAL, Elisabete. O positivismo comtiano e os prazeres da dedicação feminina. In: GRAEBI, Cleusa Maria; LEAL, Elisabete (org.). *Revisitando o positivismo*. Porto Alegre: La Salle, 1998, p. 151.

concepção social essa economia não visava lucros, mas a prevalência do ganho altruísta, a recompensa do mérito iria para os industriais – os fortes – e a assistência benévola iria para os fracos, ou seja, para os trabalhadores e para as mulheres. Um estado previsor e provedor, numa sociedade baseada em princípios nobres, capazes tanto de vencer o empirismo e a licenciabilidade industrialistas como recuperar a moral perdida pelas relações no espaço público da política. Assim, ele elabora o Curso de Filosofia Positiva, que forma e influencia as ideias da França do início até a metade do século XIX.

A trajetória de Augusto Comte produziu adeptos, transformando-se numa corrente de pensamento e experiência de vida bastante conhecidos. Em relação às mulheres, o que mais se relata é sua amizade com a pioneira educadora feminista brasileira Nísia Floresta, dos salões franceses frequentados por ambos em Paris. O que pouco se diz é que ele foi profundamente influenciado por outra mulher que veio a conhecer em 1844, Clotilde de Vaux, por quem se apaixonou perdidamente, passando pelo que ele cunhou de “regeneração moral”. O pensador, que ficara conhecido pelo seu Curso de Filosofia Positiva, uma tentativa de organizar os saberes de caráter cientificista, criou, a partir da influência religiosa de Clotilde, o Sistema de Política Positiva transformando o que era filosofia da história em uma religião da humanidade, com “doutrina, culto, ritos e santos incluídos”, como descreve José Murilo de Carvalho.¹³

Como era de se esperar, suas mudanças pessoais refletem-se nas relações políticas, ocorrendo uma divisão do campo positivista iniciada na Europa, entre os adeptos do Curso e os adeptos do Sistema. E também repercutem no papel pensado para as mulheres em seu projeto de sociedade e de estado. Essas cada vez vão ganhando, em sua “moral”, um lugar mais idealizado, e o que anteriormente era considerado como “inferior” ou “fraco” transforma-se no instrumento de salvação moral do mundo. Diz o *Catecismo positivista*¹⁴ de 1852 que o papel da mulher é da regeneração humana e da reforma social.

Do ponto de vista dos regimes políticos, Comte continuava acreditando que a humanidade passava por três fases: o estágio teológico, o metafísico e o positivo. A monarquia, regime à época, na sua concepção pertencia à fase metafísica e devia ser superada pela república, o regime da fase positiva, independentemente do seu caráter democrático ou não. No entanto, às mulheres era eternamente reservado o lugar da maternidade.

¹³ CARVALHO, José Murilo de. O positivismo brasileiro e a importação de ideias. In: GRAEBI, Cleusa Maria; LEAL, Elisabete (org.). *Revisitando o positivismo*. Porto Alegre: La Salle, 1998, p. 20.

¹⁴ COMTE, Augusto. *Catecismo positivista*. Trad. Miguel Lemos. Victor Civita Editores, 1978. (Os Pensadores). Disponível em: <https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/colecao_os_pensadores_res_auguste_comte_-_obra_e_vida.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

Positivismo à brasileira

No Brasil, além das dissensões científica e teológica que marcam sua doutrina, interesses de classes e ou momentâneos orientaram a formação de três grupos: os paulistas, vinculados à cafeicultura e ainda à relação escravista que perdurou até 1888; os jacobinos do Rio de Janeiro, composto por intelectuais e militares; e os do Rio Grande do Sul, cuja identidade pode ser explicada como de formação geopolítica, pois marcada pela história de lutas e resistências de fronteira. A forma como o positivismo se manifestou no estado rendeu-se, em parte, ao sistema político e, em parte, ao sistema religioso, incluindo a construção de um templo positivista em Porto Alegre (1912) que resiste aos dias atuais.

O grupo que se forma no Rio Grande do Sul, diferentemente do restante do Brasil, foi coordenado pelo bacharel em direito Júlio de Castilhos e se realiza com faceta própria, pelo menos quanto à ortodoxia. Os chamados tecnocientistas – engenheiros, médicos, matemáticos em geral e até militares eram predominantes em São Paulo e no Rio, até porque Comte manifestava desprezo aos advogados, por ele chamados de “agentes típicos do estado metafísico”.¹⁵ O núcleo gaúcho incorpora aspectos científicistas e simpatiza com um elemento identitário do grupo dos militares, a ideia da ditadura republicana proposta pelo precursor francês. Algo que Carvalho¹⁶ denominou de importação de ideias e que, na análise de Nelson Boeira,¹⁷ ganha o nome de adesão doutrinária. Este autor propõe o estudo do positivismo local “como um fenômeno tão histórico quanto as lutas políticas, as transformações sociais e as mudanças econômicas com as quais ele estabelece relações de afinidades e determinação”, ou seja: “a história dos positivismos rio-grandenses não é redutível ao movimento de nenhuma das outras dimensões da vida social do estado”.¹⁸

A prevalência das ideias positivistas de Augusto Comte exerceu forte influência nos políticos e intelectuais por muitas décadas, até mesmo na concepção arquitetônica de edifícios públicos. Assim, o seu ideário nas mãos dos governantes gaúchos do período final do século XIX às primeiras décadas do século XX, atua pela construção de um executivo forte e dominante numa sociedade em que as mulheres têm definido o seu lugar e o seu papel, como visto a seguir.

As brasileiras

O contexto de oportunidades e possibilidades das mulheres brancas e negras no períodos monárquico e pós-república foi distinto, pois enquanto as primeiras podiam aspirar a uma ascensão social, às outras, escravizadas ou alforriadas, cabia o papel do trabalho pesado, quase

¹⁵ CARVALHO in GRAEBI; LEAL, 1998, p. 22.

¹⁶ CARVALHO in GRAEBI; LEAL, 1998, p. 14.

¹⁷ BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DALCANAL, José; GONZAGA, Sergius (org.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

¹⁸ BOEIRA, 1980, p. 36.

todo o trabalho doméstico e de cuidados, da reprodução da mão de obra e do uso sexual. Poucas foram as mulheres negras a conseguir romper com os constrangimentos desse regime, embora tenham participado de processos de libertação, o que há pouco tempo vem sendo demonstrado pelo movimento feminista negro num esforço de afirmação política e identitária.

Por outro lado, mesmo relegadas às tarefas domésticas familiares, o lugar das mulheres brancas em geral era a casa, o trabalho doméstico, as lides na paróquia e em instituições assistenciais de velhos, doentes e necessitados. Quando recebiam uma herança ou na ausência do marido entre as guerras regionais gaúchas, acabavam por assumir um espaço na sociedade. Pela lógica patriarcal e racista, vigoram a obediência e submissão quase extremas no sul do Brasil, um mundo familiar e privado, embora sequer neste lugar lhe fosse conferido poder, pois o casamento significava a transferência de jugo do pai para o marido.

Decorrência da falta de escolaridade, de vida pública e do usufruto dos privilégios propiciados pelo sistema econômico vigente no país, a grande maioria das mulheres não desenvolvia uma visão crítica de mundo, levando June Hahner¹⁹ a afirmar que

de acordo com o estereótipo comum da família patriarcal brasileira, o marido autoritário, rodeado de escravas e concubinas, dominava seus filhos e a esposa submissa. Esta se transformou numa criatura indolente, passiva, mantida em casa, que gravava muitos filhos e maltratava os escravos.²⁰

Ao alinhar os fundamentos da sociedade brasileira, José Murilo de Carvalho²¹ aponta três tradições que dialogam entre si para criar e manter privilégios: a escravista, a patrimonialista e a patriarcal, um cenário que durou quatro séculos e cujas cicatrizes ainda são vistas. Diz o autor:

As mulheres ocupavam posição peculiar na sociedade colonial e imperial. As brancas eram as únicas a constituírem famílias organizadas e legalizadas. Tinham situação privilegiada em relação às outras mulheres, sobretudo suas escravas, mas não escapavam do sistema patriarcal, que as submetia ao chefe da família. Eram excluídas da vida civil, ficando confinadas aos limites da casa grande ou do sobrado. No extremo oposto, as mulheres escravas ocupavam posição mais baixa da escala social, inferior até mesmo à do homem escravo.²²

Assim, a rigorosa análise feita pela historiadora norte-americana June Hahner a partir da leitura da imprensa feminina do século XIX elucida que não era permitido socialmente à mulher contribuir financeiramente para a renda familiar, dever exclusivo do marido, gerando dois tipos de interpretação, ambas negativas, tanto daquela que rompia com esse modelo como do “varão” que permitia tal prática. Nesse contexto, o emprego da violência foi justificado como forma de conter

¹⁹ HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas políticas e sociais 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

²⁰ HAHNER, p. 1981, p. 28.

²¹ CARVALHO, José Murilo de. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antonio Octavio (org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

²² CARVALHO, 2004, p. 24.

qualquer ímpeto feminino de independência e ruptura com o padrão de gênero. O uso do castigo à esposa rebelde – legitimador do sistema social – confirma a regra segundo a qual cabia aos homens decidir pelo destino de todo o grupo familiar originária e aplicar a lei com as próprias mãos.

Embora existentes, eram fracos os sinais públicos de uma atividade intelectual e social das mulheres até o final do século XIX, período em que a educação formal foi quase exclusiva aos homens e limitada ao aprendizado da leitura e escrita e às quatro operações matemáticas. O primeiro recenseamento nacional, feito em 1872 no Brasil, demonstrou que apenas 16% da população era alfabetizada e que como resultado de um processo de escravização, do patriarcalismo, da falta de liberdade e ignorância, o obscurantismo e o analfabetismo reforçaram as raízes das desigualdades.

Ainda assim, sabe-se que uma parcela de mulheres aprendeu a ler e escrever. Elas publicavam livretos, poemas e crônicas com pseudônimos masculinos, mantinham jornais de cunho abolicionista, promoviam reuniões literárias e ali debatiam outros temas, pagando não raro um alto preço por isso, quadro que vai se alterando na medida em que se aproxima a virada do século. Em 1879, abre-se a possibilidade de ingresso feminino nas universidades, gerando um período de reação conservadora e de discursos acirrados na imprensa e nas casas legislativas sobre os perigos da educação das mulheres, conteúdos que foram analisados por Jussara Prá²³ com base nas teses de Albert Hirschmann (1992) sobre a retórica da intransigência. Neles, Prá identificou lógicas reativo-reacionárias por parte dos homens da elite e a dificuldade de incorporação das mulheres à esfera pública já que na esfera privada se mantinham padrões conservadores quanto ao gênero. E que a presença feminina no público afetava o lugar do masculino no público e no privado.

A despeito dos preconceitos, já em 1872, mesmo excluindo as que se ocupavam dos serviços domésticos, as mulheres representavam 37,4% da força de trabalho efetiva do país, informa Heleieth Saffioti.²⁴ E havia, no geral, 45,5% de mulheres ocupadas, e, dentre elas, 35% estavam na agricultura, 33% nos serviços domésticos, 20% como costureiras, 5,3% na indústria de tecidos e 6,7% em outras atividades. Dados estatísticos mostram que nas primeiras décadas do século XX foi significativo o número de mulheres que já trabalhavam nas fábricas, nas indústrias de fiação e tecelagem e que essa força de trabalho, abundante e barata, era explorada. Mais uma vez a idealização positivista confronta-se com a realidade.

²³ PRÁ, Jussara. A linguagem da intransigência nas construções de gênero e da cidadania das mulheres. In: STREY, Marlene; DE SOUZA, Nathália Amaral Pereira (Orgs). *Corpo e relações de gênero na contemporaneidade*. Porto Alegre: Edipucrs, 2017.

²⁴ PIMENTEL, Sílvia. *Evolução dos direitos da mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

A já mencionada “história das mulheres”, como uma corrente acadêmica das décadas de 1960 e 1970, revelou a existência de uma produção intelectual e de movimentos sociais e rebeliões orientadas e dirigidas por mulheres e que traziam consigo sementes de um feminismo originário da revolta das mulheres francesas comandadas por Olympe de Gouges (1748-1793), mas durante séculos permaneceu à sombra. E também exemplos individuais, remontando no tempo.

Entre as redescobertas, o reconhecimento de Nísia Floresta Brasileira Augusta, a mais destacada intelectual brasileira do século XIX, por traduzir, de forma livre e adaptada, a primeira obra da feminista inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) intitulada *Uma reivindicação pelos direitos da mulher*²⁵ (1832), considerada à época um libelo contra o sistema patriarcal. A íntima amiga de Augusto Comte nos últimos da vida do grande mestre francês, em Paris, transformou-se posteriormente em difusora de suas ideias, implantando no nordeste do Brasil um modelo de escola que ampliou o espectro de disciplinas para as meninas, corrompendo com o modelo anterior.

Mudanças no cenário mundial, as pressões da Inglaterra pelo fim do tráfico de africanos para alimentar o sistema econômico baseado no trabalho escravo no Brasil e as contradições entre as elites levam ao esgotamento do modelo político brasileiro. Entre as mudanças resultantes, cresce o desejo pela democratização da sociedade, pelo republicanismo, pelo sufrágio e pela elevação da escolaridade, além da ascensão do capitalismo e a consolidação de uma vida mais urbana. Neste instante, ressaltam-se as novas formas de convivência social e de se conceber o lugar da mulher na burguesia.²⁶

A luta por direitos civis que corre com força pela Europa e Estados Unidos exerce grande força também no país. A imprensa feminina, até então voltada para modelo conservador de família, passa a ser um espaço de luta de ideias, mesmo ainda calcadas em papéis tradicionais. De um lado, reivindicam o reconhecimento do “bello sexo” (Jornal das Senhoras) e a igualdade sem abdicar das diferenças consideradas naturais. E, de outro, com forte influência europeia, as elites intelectuais e políticas do começo do século XX querem redefinir o lugar da mulher na sociedade. O surgimento de movimentos de mulheres que enfatizam a luta pelo voto feminino e pelo direito à educação caracteriza uma primeira onda de lutas feministas no Brasil.

Um marco importante se deu com a Proclamação da República, período de intensas transformações quanto à percepção de gêneros da época. As imagens idealizadas do sexo feminino, restritas aos afazeres domésticos ou inativas quanto ao trabalho remunerado, cedem espaço para a necessidade crescente da mão de obra na indústria nascente. No entanto, os

²⁵ FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

²⁶ DEL PRIORE, Mary Del et al. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.



valores construídos como significantes das mulheres – representações de gênero – foram utilizados como justificativa, por parte do patronato, para o pagamento de salários inferiores e deram origem a vários movimentos de homens trabalhadores para sua exclusão do mercado de trabalho por rebaixar o preço da força de trabalho. As tentativas de expansão da cidadania através do direito ao voto continuaram sendo adiadas, mesmo com as campanhas empreendidas com a liderança de Bertha Lutz através da Federação Brasileira para o Progresso da Mulher.

Importação de ideias

No ambiente da transição política, social e econômica no Brasil são introduzidos, pelas mãos de vários intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo, e de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, os ideais do positivismo como norteadores da República. Importam junto valores positivistas que identificam as mulheres como tendo uma natureza complementar à dos homens, apresentando diferenças baseadas na fisiologia e na biologia que justificariam um papel determinado e a educação específica que deveriam receber para poder exercê-lo.

Para estes positivistas, a função feminina consiste em aperfeiçoar a natureza humana, atributos concedidos por não se terem contaminado pela corrupção moral que a vida pública, a política e o trabalho teriam produzido nos homens. De mais a mais, a natureza, quanto às suas capacidades intelectivas, as havia dotado apenas para dar continuidade à espécie. Para tanto, a mulher deveria agir especialmente sobre seus filhos, seu marido e seus pais. Esses, na seguinte ordem – pai, irmãos, marido, filhos –, deveriam ser seus mantenedores e, na ausência deles, o Estado. Nos salários dos homens, por conseguinte, deveriam estar contidos os ganhos para a manutenção das mulheres, mantendo a figura do provedor.

Essa corrente não propagava diretamente a inferioridade da mulher, mas sim uma inteligência complementar à do homem. Tal pensamento, na realidade, trasladava um tipo de concepção bastante difundido à época, segundo o qual as mulheres teriam uma existência centrípeta ou totalizante, enquanto a dos homens seria centrífuga.²⁷ Em função destas características vistas como essenciais, as mulheres poderiam ter acesso a bens culturais, mas nunca poderiam criá-los pelo fato de não conseguirem objetivar. Georg Simmel (1858-1919) defendeu o acesso das mulheres à universidade, mas para posterior desempenho profissional diferenciado do masculino.

Essas ideias negam uma corrente anterior, denominada racionalista, fundada por Poullain de la Barre (1647-1723) no século XVIII na França, para quem tão somente o processo de socialização diferencia homens e mulheres, sendo por natureza absolutamente iguais. Mudando-se a socialização, findam-se as diferenças, prevalece a igualdade. Tanto um como outro

²⁷ YANNOULAS, 1994.

pensamento sofreram ao longo do século passado seguidas críticas, principalmente a partir da década de 1980, quando se firmou a teoria crítica feminista.

Portanto, o pensamento de Augusto Comte, aplicado à realidade brasileira, reafirma um contexto de época em que já se disputam visões sobre a mulher na sociedade, suas capacidades e o tamanho de sua cidadania. Na primeira fase da vida e da produção intelectual de Comte, as mulheres eram de fato consideradas seres *inferiores*, fruto das observações morais que fazia sobre o comportamento das prostitutas parisienses; esse olhar muda na segunda fase de sua vida, quando se convence da existência de um papel social para as mulheres e quando ocorre a sacralização do feminino nas suas teses políticas.²⁸ Segundo o *Catecismo positivista*,²⁹ a mulher possuía um aparelho (cérebro) contemplativo, capaz de *aproximar* os fatos; os homens, um aparelho meditativo, capaz de *coordenar* os fatos. Nesse sentido, ele se aproxima a Simmel, que não reconhece a capacidade de as mulheres interferirem nos fatos no sentido de coordená-los.

De acordo com pesquisadora gaúcha Elisabete Leal, o pensamento positivista legou às mulheres legitimidade para agir no sentido do progresso da sociedade em direção ao estado positivo. E, “através de sua exclusão intelectual, política e econômica ela permaneceria como num santuário, onde estavam preservadas todas as qualidades altruístas necessárias para a regeneração da moral da Humanidade”.³⁰

Confinada ao espaço privado da casa, sendo esse lugar considerado sagrado e formador dos novos homens que futuramente ocupariam os lugares de destaque na sociedade, a educação feminina foi consentida desde que tivesse em seu pilar os valores morais e religiosos, que reforçava a figura da mulher à imagem e semelhança com a Virgem Maria. Através do símbolo de Maria, apelava-se tanto para a sagrada missão da maternidade como para a manutenção da pureza feminina.

O lugar das mulheres no RS positivista

Segundo Álvaro Heindrich,³¹ os republicanos gaúchos eram em grande maioria estancieiros, federalistas e positivistas e traziam, com o seu ideário, um misto de conceitos republicanos e positivistas. Por isso, no estado esses dois pensamentos se fundem para combater ao mesmo tempo a monarquia e buscar o progresso, mantendo na base da sociedade as relações

²⁸ SOARES, Mozart Pereira. *O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: AGE, 1998.

²⁹ COMTE, Augusto. *Catecismo positivista*. Ou exposição sumária da religião universal em onze colóquios sistemáticos entre uma mulher e um sacerdote da humanidade. Cidade do Porto: Publicações Europa-America, 1979.

³⁰ GRAEBI; LEAL, 1998, p. 157.

³¹ HEINDRICH, Álvaro L. Diferenciação do espaço e mudanças de interesse econômico regional. In: HEINDRICH, Álvaro L. *Além do latifúndio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

atrasadas de clientelismo e papéis de gênero estáticos no seio da família, ou seja, sem profundas mudanças nas posições sociais e nos modelos familiares.

Diz ainda o autor que Júlio de Castilhos teve a habilidade de captar essa receptividade ao comtismo, impondo o controle do estado com seus princípios rígidos. Neste sentido, o que se denominou de castilhismo constituiu-se numa cisão com o apoio de setores agrários e a burguesia comercial. O que se denominou de positivismo social, ou seja, a transferência da doutrina – estado puro – para o contexto republicano gaúcho desafiou os seus condutores a colocar o Curso de Filosofia Positiva em prática, elaborando um programa político.

Assim, os positivistas atuantes no PRR passaram a defender o regime presidencialista austero com base no sufrágio universal, de onde sairia sua representatividade. No sufrágio universal eles incluíram o voto às mulheres, analfabetos e religiosos – o que na verdade foi assegurado às mulheres somente em 1932, como fruto de um movimento social sem precedentes, apesar do período autoritário de Getúlio Vargas.

A Constituição gaúcha de 1891, redigida inteiramente por Júlio de Castilhos, define as funções públicas. Iniciativa de Borges de Medeiros e influência de Castilhos,³² estabeleceu-se o imposto territorial, mesmo sob o protesto dos criadores; criou-se o imposto sobre herança; concederam-se isenções e incentivos ao setor industrial; organizou-se o serviço público; buscaram-se o equilíbrio orçamentário, a nacionalização de setores considerados estratégicos, como de estradas de ferro; como regra, instituíram-se o ensino público laico e a inclusão tutelada dos trabalhadores.

Por esse período, na literatura ou na história oficial não se encontram nomes femininos a ocupar os espaços públicos de poder ou de decisão. São identificadas algumas mulheres que por serem herdeiras de fazendas passam como estancieiras a ter algum poder local ainda dentro da estrutura patriarcal, alguns jornais feministas na capital e do interior, em particular Pelotas, onde surgem educadoras e escritoras de algum de prestígio, mas cujo espaço político só será conquistado na década de 1950 com a eleição de Suely de Oliveira como a primeira deputada à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.³³ O lugar político ocupado pelas mulheres no período que vai de 1880 a 1930 no estado é de invisibilidade, apesar dos elevados índices de ocupação econômica e sua presença no mundo do trabalho.

A educação, um dos caminhos propostos pelos positivistas para a construção da “sociedade da moral regeneradora”, e as mulheres, aquelas que segundo esse ideário embalariam os futuros condutores da humanidade, imprimem a necessidade de preparação para cumprir a

³² BOSI, 1999.

³³ PINTO, Celi. *Uma mulher “recatada”*: a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 29 Rio de Janeiro, jul/dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2014000200565>. Acesso em: 26 nov. 2018.

missão materna de educadora e da formação profissional para exercer o ofício do magistério, exercício que era considerado semelhante ao de uma mãe que educa seus filhos. Além de ajudantes nos cultos e, posteriormente, no templo positivista, elas devem então passar a frequentar as aulas, mas não se previa que esse seria um espaço também em que iriam obter seu empoderamento pelo conhecimento, fator de ruptura com padrões conservadores.

Ao estudar os pressupostos teóricos segundo os quais o positivismo teria orientado os governantes gaúchos para a formulação das políticas educacionais, Viola³⁴ afirma que esse sistema de ideias não só orientou ideologicamente para projetar o desenvolvimento econômico, mas certamente também para estabelecer as diretrizes da educação; os princípios voltados para a formação da cidadania, da formação moral regeneradora, do projeto de inserção social dos trabalhadores e da formação enciclopédica da população são expressão nítida da concepção comtiana.

Diz também que a inspiração contida nos procedimentos dos positivistas do centro do país era de que “para os trabalhadores e as mulheres destinavam-se papéis de resignação e os benefícios de uma digna responsabilidade social”.³⁵ Uma espécie de pacto social³⁶ “onde os indivíduos diferentemente buscariam a felicidade, o bem estar social e a sua adequada posição na sociedade”.³⁷

Espaço privilegiado no projeto positivista, tanto para figuras nacionais como Benjamin Constant como nos governos de Castilhos e Borges de Medeiros para que se desenvolvessem os princípios para a formação do caráter, o processo educativo deveria preparar as pessoas para o desempenho das tarefas e papéis que lhes eram naturalmente destinados a partir de uma hierarquia social. Assim, segundo ainda o estudo de Viola, preconizou-se uma educação que, além do conhecimento e da formação do espírito científico “construísse a cidadania da ordem e indivíduos de profunda formação moral. Esta era, aliás, uma tarefa própria das mulheres. Elas seriam as principais responsáveis como esposas, mães e primeiras professoras”.³⁸

Mesmo sendo um passo à frente em relação ao entendimento de Augusto Comte, a república positivista rio-grandense manteve os papéis estereotipados segundo os quais as mães deveriam estudar não para a promoção de sua autonomia, mas para manter a superintendência moral sobre seus filhos, que em hipótese alguma poderiam desdenhar do papel sagrado da mãe.

³⁴ VIOLA, Sólton Eduardo Annes. As propostas educativas nas escolas públicas do início do século. In: GRAEBI, Cleusa Maria; LEAL, Elisabete (org.). *Revisitando o positivismo*. Porto Alegre: La Salle, 1998.

³⁵ COMTE apud VIOLA, p. 187.

³⁶ LEAL, 1998.

³⁷ LEAL, 1998, p. 153.

³⁸ LEAL, 1998, p. 188.

No entanto, apesar da igualdade no acesso ao ensino, destinou-se aos meninos o aprendizado profissional e às meninas as prendas domésticas. Por essa lógica, segundo Leal, estava reservado às mulheres um sistema educacional que não poderia levar a uma especialização, pois não lhes corresponderia um lugar na vida ativa em sociedade, em que a educação feminina deveria restringir-se aos estudos lógicos, afastando-se dos científicos. Na prática uma educação enciclopédica e universal, uma educação a partir do concreto e da produção de um ensino técnico e profissionalizante, destinando às meninas os mesmos conteúdos gerais dos meninos, sendo que nas atividades profissionalizantes elas deveriam concentrar-se no corte e costura e afins para formarem-se como donas de casa; aos meninos se ofereceram marcenaria, carpintaria, ferraria e agricultura. Um modelo implementado praticamente em todo o país a partir do final do século XIX e que persistiu com resquícios até o final do século XX. O ensino em salas separadas, com disciplinas específicas, orientação expressa na obra *A influência feminina do positivismo*, de Augusto Comte, em que justifica a divisão sexual do ensino e a prevenção do contato físico. Segundo este pensador, o contato físico entre os sexos, na escola, prejudicaria a formação do caráter.

A experiência positivista no Rio Grande do Sul e no Brasil durou 40 anos, trouxe a contribuição das ideias do pensador francês no estabelecimento das bases e um modelo inspirador ao estado brasileiro. Comte pensou em todas as esferas, identificou-as em separado e as idealizou. Imaginou um papel e um lugar para as mulheres na Europa das grandes lutas sociais. Chegou a imaginar que diante das carnificinas nas ruas de Paris durante a revolução de 1848 deveria haver mais espaços para a troca de ideias. Nestes, os positivistas teriam a oportunidade de demonstrar a superioridade de sua filosofia.

Propôs, então, segundo Mary Pickering,³⁹ que fossem restabelecidos os salões, como ficaram conhecidos no velho regime francês os locais mantidos por novas *mecenas* que, em vez de bonificar artistas, promoviam pontos de encontro entre intelectuais e políticos. Mas com outro sentido: “seriam o espaço público mais importante da república positiva, pois as mulheres que os mantivessem modificariam o orgulho masculino e a razão, fontes de muitas das perturbações políticas e sociais”. Na república positiva esses seriam os únicos lugares em que as mulheres, os filósofos positivos e os operários poderiam compartilhar, já que nos templos deveriam ficar caladas. No entendimento da autora, embora Comte tenha encerrado as mulheres na esfera privada, começou a achar, no final da vida, que essa esfera deveria ser ampliada.

Na história do Rio Grande do Sul, a república e suas tensões sociais cumpriram parte deste papel, ainda que manifestas sejam as marcas do conservadorismo nas relações de gênero nos espaços de tradicionalismo gaúcho e nas estatísticas de violência de gênero que persistem ao

³⁹ PICKERING, Mary. Augusto Comte e a esfera pública de Habermas. In: TRINDADE, Hélió (org.). *O positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

longo do tempo e na baixa representação feminina na política formal. Tem sido tarefa das próprias mulheres concluírem esse projeto construindo grupos, fóruns e organizações feministas desde a metade do século passado, foco de inúmeras investigações acadêmicas.

Tempos de mudança, tempo de resistência – reflexões finais

A partir da metade do século XX forma-se e progride no Rio Grande do Sul a esfera pública no sentido contemporâneo, espaço em que novas formas de interação social emergem e suscitam diferentes relações. Há uma reestruturação dos hábitos e valores, as mulheres da burguesia e de classes superiores, se assim se pode classificar, buscam adotar formas de viver próximas às das europeias na primeira metade do século. Enquanto isso, as trabalhadoras e a classe média começam a ser observadas nas ruas da cidade, fortalecendo a necessidade de novas políticas públicas, como creches e serviços de saúde. O serviço público vai aos poucos incorporando as mulheres nos seus quadros, concentrando-se em áreas identificadas com o “cuidado”, em especial após a Constituição da República de 1988, que estabelece novos campos de políticas públicas sociais.

Apesar disso, persiste a brecha de gênero nos espaços de poder e de decisão política com a baixíssima representação feminina na assembleia legislativa federal, onde não passam de 15% e 10% respectivamente, mesmo sendo o Brasil signatário de tratados internacionais, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação à Mulher (Cedaw, 1984), que vinculam o país ao compromisso de promover políticas de igualdade. Na década de 2000, as mulheres brasileiras se tornaram maioria em todos os campos da educação, mas não no acesso às carreiras científicas e aos recursos para pesquisa e inovação. As mudanças culturais ainda são, portanto, um desafio.

Olhando para o passado, da virada do século XIX para o século XX e aos dias atuais, quanto ao cenário político-republicano pode-se afirmar que houve mudanças, ainda que permaneçam fortes as marcas do patriarcalismo no machismo gaúcho, das tradições escravistas que ancoram o racismo e os privilégios e o peso das religiões a influenciar nas políticas de estado nem sempre na perspectiva libertadora. Não mais o idealismo moralista comtiano, mas uma diversidade de confissões religiosas, algumas das quais disputando hegemonias e não raro confrontando a ideia de laicidade do estado como a separação de esferas e direito à livre expressão de fé, uma premissa de qualquer sociedade que se diz democrática.

O edifício que sustenta a sociedade brasileira, segundo Carvalho sendo a grande propriedade, a escravidão e o patriarcalismo, mantém-se como pano de fundo, embora mude de feição dando lugar ao agronegócio e ao rentismo, mas as mulheres, mais organizadas, reivindicam que podem ter direitos. Apesar do conceito contemporâneo de direitos humanos e

cidadania, muitas políticas públicas alimentam e reproduzem focadas na função materna e reprodutiva das mulheres, e não como uma das dimensões da vida delas, além da educação, do trabalho, da participação na vida social, política e comunitária e mesmo sua dimensão espiritual.

A persistência do ideal do homem provedor ainda se confirma nas estatísticas de salário e desemprego, conflitando com a maior escolaridade feminina. Há mudanças na vida privada e familiar com o ingresso no trabalho e na participação pública. No entanto, persistem padrões violentos de relações de gênero, e a diversidade entre as pessoas e as crescentes construções homoafetivas sofrem com a resistência e o tratamento violento e discricionário.

De toda luta para se desvencilhar da exclusão jogam papel os grupos feministas: há mais de cem anos trabalham com uma plataforma de igualdade, questionam a neutralidade da ciência, reivindicam o lugar no mundo do trabalho, a profissionalização, o direito à educação, ao voto, à autonomia, à sexualidade. Hoje, essa agenda tem como pressuposto mulheres autônomas, profissionalmente ativas e politicamente participantes, comprometidas com os problemas do país e do planeta, embora prevaleçam as desigualdades de gênero tanto na esfera pública quanto na privada.

No início do século XXI, ainda se verifica que o maior desafio é desmontar os esquemas de gênero, assegurando o reconhecimento de todas as expressões humanas que reivindicam o espaço social. A separação entre sexo e reprodução por meio das tecnologias contraceptivas alargam a possibilidade de escolhas, apesar das restrições às decisões reprodutivas, ao questionamento dos conteúdos educacionais que incluem a discussão de gênero e de direitos humanos. A presença feminina no mundo do trabalho e na vida pública são indicativos de grandes rupturas nos padrões culturais, mas ainda não do surgimento de uma nova cultura. Essa é a grande revolução preparada na virada do século XIX, mas um século depois ainda em gestação e com muitos riscos de não se concretizar em tão breve espaço de tempo. Ao concluir este texto, assisto pela tevê o resultado eleitoral de 2018 por 10 pontos de diferença, um capítulo do acirramento de posições políticas e ideológicas e que explicita uma grande fratura na sociedade brasileira. No lema vencedor está anunciada uma república de esclarecidos, sob o comando da fé, um programa conservador em relação aos costumes e de radicalização quanto ao liberalismo econômico. Só a história poderá concluir sua semelhança com o projeto político de estado aqui descrito e suas possibilidades de sucesso.

Referências

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DALCANAL, José; GONZAGA, Sergius (org.). RS: cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.



CARVALHO, José Murilo de. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antonio Octavio (org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. O positivismo brasileiro e a importação de ideias. In: GRAEBI, Cleusa Maria; LEAL, Elisabete (org.). *Revisitando o positivismo*. Porto Alegre: La Salle, 1998.

COMTE, Augusto. *Catecismo Positivista*. Ou exposição sumária da religião universal em onze colóquios sistemáticos entre uma mulher e um sacerdote da humanidade. Cidade do Porto: Publicações Europa-America, 1979.

COMTE, Augusto. *Catecismo positivista*. Trad. Miguel Lemos. Victor Civita Editores, 1978. (Os Pensadores). Disponível em: <https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/colacao_o_auguste_comte_-_obra_e_vida.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

CRENSHAW, Kimberle. *Documento para o encontro para especialistas em aspectos de discriminação racial e gênero*. Universidade da Califórnia, Estados Unidos, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2018.

DEL PRIORE, Mary Del et al. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.

FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas políticas e sociais 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HEINDRICH, Álvaro L. Diferenciação do espaço e mudanças de interesse econômico regional. In: HEINRICH, Álvaro L. *Além do latifúndio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

LEAL, Elisabete. O positivismo comtiano e os prazeres da dedicação feminina. In: GRAEBI, Cleusa Maria; LEAL, Elisabete (org.). *Revisitando o positivismo*. Porto Alegre: La Salle, 1998.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PICKERING, Mary. Augusto Comte e a esfera pública de Habermas. In: TRINDADE, Hégio (org.). *O positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

PIMENTEL, Sílvia. *Evolução dos direitos da mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

PINTO, Celi. Uma mulher "recatada": a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 29 Rio de Janeiro, jul/dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2014000200565>. Acesso em: 26 nov. 2018.



PRÁ, Jussara. A linguagem da intransigência nas construções de gênero e da cidadania das mulheres. In: STREY, Marlene; DE SOUZA, Nathália Amaral Pereira (org.). *Corpo e relações de gênero na contemporaneidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

PULEO, Alicia. Patriarcado In: AMORÓS, Celia. (org). *Diez palabras clave sobre mujer*. Espanha: Verbo Divino, 1995.

SCOTT, Joan. *Gênero e historia*. Ciudad de Mexico: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SOARES, Mozart Pereira. *O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: AGE, 1998.

VIOLA, Sólton Eduardo Annes. As propostas educativas nas escolas públicas do início do século. In: GRAEBI, Cleusa Maria; LEAL, Elisabete (org.). *Revisitando o positivismo*. Porto Alegre: La Salle, 1998.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Iguais mas não idênticos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 2, n. 3, 1994.

[Recebido em: fevereiro de 2017 /

Aceito em: outubro de 2018]